

ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem

1. Relatório

Por despacho lavrado em 25 de Junho de 2010, o Exmo. Presidente do Conselho de Disciplina determinou a abertura de procedimento disciplinar e nomeou como instrutor o Exmo. Sr. Dr. Bruno Leite Carvalho que foi substituído em 1 de Junho de 2011 pelo Sr. Dr. Sérgio Agostinho Ferreira.

A ancorar a abertura do procedimento disciplinar encontra-se um relatório subscrito pelo Sr. Delegado do CNA azo Campeonato Nacional de Regatas em Linha no qual deu conta e citamos do seguinte: “acto de indisciplina (...) e a falta de respeito e malcriadez por parte de atletas para com os árbitros e demais agentes desportivos (...) é urgente pôr cobro a estas atitudes (...) não podemos estar à espera do veredicto do Conselho de Disciplina um ano ou mais como tem acontecido em outras ocasiões. Outro caso de indisciplina é o desrespeito pelos árbitros que vai mencionado no relatório dos árbitros de largada (...) agressão física por parte de um atleta à responsável pelo restaurante (...).

Juntou relatórios.

*

Por despacho datado de 6 de Agosto de 2009, o Sr. Instrutor procedeu à separação de infracções, prosseguindo cada uma delas com procedimentos disciplinares autónomos.

*

Em 30 de Outubro de 2009, procedeu-se à notificação da abertura do procedimento disciplinar ao dirigente [REDACTED]

*

A testemunha [REDACTED] confirmou os factos relatados no relatório dos árbitros de largada, relativamente ao dirigente do [REDACTED] [REDACTED]

Referiu ainda que o infractor não dirigiu palavras ofensivas, mas afirmou de formas exaltada que os árbitros de largada fizeram de propósito para prejudicar atletas do clube dele e também eram árbitros incompetentes.

A testemunha confirmou os factos relatados no relatório dos árbitros de largada, relativamente ao dirigente do

Mais referiu que o infractor se dirigiu à mesa de largada e proferiu as palavras descritas no relatório dos árbitros de largada.

*

Com os fundamentos expressos na proposta de decisão datada de 9 de Junho de 2011, o Sr. Dr. Sérgio propõe o arquivamento dos autos.

*

2. Cumpre decidir

Como se pode constatar da leitura dos autos de inquirição as testemunhas remetem as suas declarações para o consta do relatório de largada datado de 5 de Julho de 2009, onde constam as seguintes afirmações proferidas pelo infractor Sr. após a largada da regata nº 369, o dirigiu-se aos árbitros da largada nos seguintes termos: *vocês são uma vergonha, todos os clubes deviam ir embora, pois os árbitros são incompetentes e estão ao serviço do CN de Crestuma.*

Defende o Sr. Instrutor que «o infractor não dirigiu quaisquer palavras ofensivas ou injuriosas à equipa de arbitragem, tendo-se, isso sim, dirigido a estes de forma exaltada, própria de quem vive a modalidade com espírito de conquistas» e com base nestes pressupostos propõe o arquivamento.

Vejamos se é de acolher esta posição:

Embora não partilhemos o entendimento avançado na proposta de decisão e daí que consideremos injuriosa a conduta do quando se dirige aos árbitros de largada e lhes diz que *são uma vergonha, incompetentes e que estão ao serviço de um determinado clube náutico*, a verdade é que o processo enferma de uma omissão que do nosso ponto de vista podia comprometer a intervenção do Regulamento Disciplinar. Embora saibamos pela juntada de folhas 23 que o infractor

é dirigente do [REDACTED] tal facto devia constar com autonomia documental em sede de instrução do processo.

Determina o nº 9 do artigo 10.2 do Anexo I ao RD:

O treinador, dirigente ou outro agente desportivo que ofender ou tentar ofender fisicamente, ou que insultar alguém da equipa de arbitragem, adversário, dirigente, espectador ou qualquer outra pessoa presente no recinto onde se realizam as provas, será punido com pena de suspensão de 1 a 3 meses.

Considerando os factos relatados no relatório técnico, não podemos deixar de entender que os impropérios dirigidos aos árbitros no contexto de uma prova nacional são claramente ofensivos da honra e consideração que lhes é devida, para além de consubstanciarem uma insinuação que a verificar-se feriria de modo indelével o exercício da arbitragem ao afirmar que os Srs. árbitros estavam ao serviço de um determinado clube.

Por muito que queira que as provas sejam ganhas pelo Clube que representa, tal vontade de «conquista» mencionada na proposta de decisão não é compatível como os valores da ética, da boa educação e respeito devido a todos quantos intervêm na actividade desportiva. De resto, pode ler-se nas palavras que dirigiu um claro propósito de querer ofender a honra e a consideração dos árbitros.

Conforme emana do disposto no nº 2 do artigo 3.3 do RD *classificam-se como leves, entre outras, as decorrentes da não observância do Código de Conduta (Anexo I)* - o que sucede no caso em apreço.

Entendemos ser de afastar a previsão vazada na alínea e) do ponto 3.4 na medida em que embora censurável, a conduta do infractor ocorreu após a regata e seguramente motivada por um quadro externo de exaltação que, não raras vezes, projecta comportamentos não queridos pelos infractores.

Tratando-se de uma infracção disciplinar leve ocorrida em 5 de Julho de 2009, a mesma prescreve no prazo de 6 meses contados desde a data da sua prática – artigo 5.8 do RD – interrompendo-se com a instauração, voltando a correr o prazo se o processo permanecer parado mais de três meses por causa não imputável ao infractor – nº 2 do artigo 5.8 do RD.,

Em 30 de Julho de 2009 foi instaurado o PD e em 30 de Outubro de 2009 foi o infractor notificado da instauração do procedimento disciplinar. Em 29 de Outubro de 2009 começam as notificações para as audições do infractor e testemunhas, sendo ouvidas duas testemunhas em 12 de Novembro de 2009, sendo que em 9 de Junho de 2011 é que se procedeu à juntada da proposta de decisão, ou seja, muito para além dos 6 meses contados a partir de 12 de Novembro de 2009, data das audições.

Mas mais.

Entre a data da juntada da proposta de decisão – 9 de Junho de 2011 – e a data em que foi proferido este acórdão 9 de Julho de 2013 – também há muito que decorreu o prazo de 6 meses sem que tais atrasos possam de modo algum ser imputados à pessoa do infractor.

*

Decisão

Nos termos e com os fundamentos expostos, acorda-se em declarar prescrita a infracção e consequentemente extinto o procedimento disciplinar, determinando-se por isso o arquivamento dos autos.

*

Sem custas – artigo 9.8 do RD

*

Notifique

*

Publique-se a deliberação no *site* da internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto no artigo 8º /1/b do DL nº 248-B/2008, de 31.12, eliminando-se da publicação todos os dados pessoais relativos ao atleta, designadamente o nome, número de licença federativa, morada, clube que representa.

*

Vila Nova de Gaia, 9 de Julho de 2013

